

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão.

Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB+).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Calango I Energia Renovável S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A empresa Calango I Energia Renovável S.A. ("Calango I" ou "Companhia.") é uma sociedade de propósito específico (SPE) cuja totalidade das ações pertence a empresa Força Eólica do Brasil, uma *joint venture* entre a Neoenergia (50%) e a Iberdrola (50%). Calango I Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango I, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas promovido em 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel que localizou nos municípios de Bodó e Santana do Matos (RN).

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Calango I recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 275 de 26 de abril 2011, expedida pelo Ministério de Minas de Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da Portaria. Em 04 de novembro de 2011, o Parque Eólico firmou com 14 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com vigência até 31 de agosto de 2033. Calango I conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 13,8 MW médios. Em setembro de 2013, o Parque Eólico foi considerado "Apto a operação comercial", porém aguarda a finalização das instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) de Lagoa Nova para conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Só após a conexão sua operação comercial será iniciada. Independente da conexão recebe receita.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Notas	2013	2012
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.912
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	1.839
Títulos e valores mobiliários	5	-
Impostos e contribuições a recuperar	6	633
		113
TOTAL DO CIRCULANTE	10.384	18.034
NÃO CIRCULANTE		
Títulos e valores mobiliários	5	-
Imobilizado	7	128.275
		40.659
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	128.275	41.411
TOTAL DO ATIVO	138.659	59.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Receita operacional bruta	-	6.533	0,0%
Receita Operacional Líquida	-	5.928	0,0%
EBITDA	-	4.951	0,0%
Resultado do serviço	-	3.009	0,0%
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	478	(859)	(279,7%)
Lucro Líquido	340	1.444	324,7%
Ativo Total	59.445	138.659	133,3%
Investimento	40.224	87.717	118,1%
Dívida Bruta	26.785	71.247	166,0%
Dívida Líquida ¹	8.112	63.335	680,8%
Patrimônio Líquido	28.959	43.951	51,8%
Indicadores Econômico-Financeiros²			
Margem EBITDA	-	83,52%	83,52 p.p.
Margem Líquida	-	24,36%	24,36 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	-	12,792	0,0%

¹ Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos

²p.p. - pontos percentuais

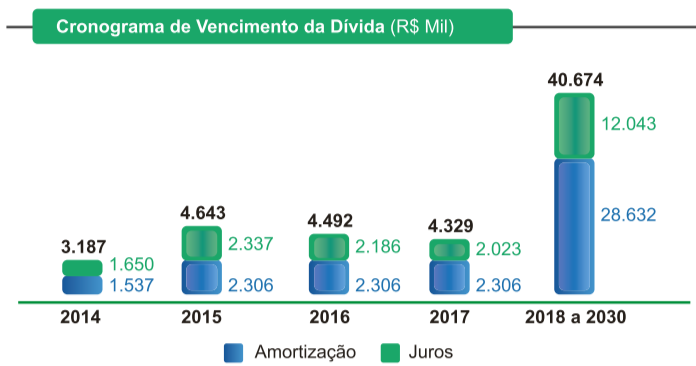
Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução.

Conciliação de EBITDA - R\$ Mil	2012	2013	Δ %
Lucro Líquido	340	1.444	324,7%
Imposto de Renda e CSLL	138	706	411,6%
Receita Financeira	(502)	(762)	51,8%
Despesa Financeira	24	1.621	6654,2%
Amortização / Depreciação	-	1.942	0,0%
EBITDA	-	4.951	0,0%

4. ENDIVIDAMENTO

4.1. PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia realizou, em julho de 2012, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, no valor de R\$ 82,3 milhões, prazo de 16 anos sendo 21 meses de carência para amortização do principal, com juros pagos mensalmente e custo de TJLP + 1,93% a.a.. Este recurso teve como finalidade a realização dos investimentos para a construção do parque eólico. Até dezembro de 2013, foi liberado o montante de R\$ 68,7 milhões e a dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 72,4 milhões.



5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Notas	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA		
CUSTOS DOS SERVIÇOS	14	5.928
LUCRO BRUTO	15	(2.916)
Despesas gerais e administrativas	15	(3)
LUCRO OPERACIONAL	3.009	-
Receitas financeiras	762	502
Despesas financeiras	(1.621)	(24)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.150	478
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(706)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.444	340
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - RS		
Ordinária	0,03	0,01

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Notas	2013	2012
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Exercício (antes dos impostos)	2.150	478
Depreciação e amortização	1.942	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	2.007	-
	6.099	478
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(1.839)	-
IR e CSLL a recuperar	(573)	(143)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(172)	(32)
Outros ativos	1	1
	(2.584)	(174)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	16.736	3.148
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	386	192
Coligadas e controladas	(223)	(437)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(194)	(20)
Outros passivos	104	-
	16.809	2.883
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.324	3.187
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(87.716)	(39.679)
Aplicação (resgate) em títulos e valores mobiliários	753	(752)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(86.963)	(40.431)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento(redução) de capital	14.133	28.698
Captação de empréstimos e financiamentos	42.498	26.240
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	56.631	54.938
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(10.008)	17.694
Caixa e equivalentes no início do exercício	17.920	226
Caixa e equivalentes no final do exercício	7.912	17.920
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(10.008)	17.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros		Proposta de Distribuição de Dividendos adicional		Total do Patrimônio Líquido
			Reserva de Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Dividendos adicional	Patrimônio Líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	1	-	-	-	-	-	2
Aumento de capital	28.698	-	-	-	-	-	28.698
Lucro líquido do exercício	-	-	-	340	-	-	340
Destinações:							
Reserva legal	-	17	-	(17)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(323)	242	-	(81)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	28.699	17	1	-	242	-	28.959
Aumento de capital	14.133	-	-	-	-	-	14.133
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.444	-	-	1.444
Destinações:							
Reserva Legal	-	72	-	(72)	(242)	-	(242)
Dividendos não distribuídos	-	-	-	(1.372)	1.029	-	(343)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	42.832	1	73	-	1.029	-	43.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A empresa Calango I Energia Renovável S.A. ("Calango I" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% Força Eólica do Brasil, uma *joint venture* entre a Neoenergia (50%) e a Iberdrola (50%). Calango I Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango I, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas da ANEEL em 2010 que está localizado nos municípios de Bodó/Santana do Matos (RN). Conforme portaria nº 275 de 26 de abril de 2011, o Ministério de Minas Energia, autorizou a Companhia a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, com o prazo de 35 anos a partir da publicação da referida portaria no dia 28 de abril de 2011.

Em 1º de setembro de 2013 a ANEEL declarou através do Despacho n.º 3.313, que a usina estava apta a iniciar a operação comercial, aguardando apenas a finalização da ICG (instalação compartilhada de geração) Lagoa Nova, da Chesf, para conexão ao SIN (sistema interligado nacional). Sendo assim, conforme cláusula 5.12 do contrato do CCEAR a Companhia tem o direito de receber a receita integral dos contratos até a entrada em operação efetiva.

Calango I conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 13,8 MW médios.

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no encerramento do exercício, o qual será sanado através de integralizações de capital de acordo com as necessidades de caixa para o período.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.4. Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

2.5. Imposto sobre vendas

Recitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "resgate"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se substancialmente a empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterado, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e



a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipado corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

7 Imobilizado

O valor do ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

	31/12/13		31/12/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	40.109 (600)	39.509	-
Máquinas e equipamentos	3%	88.266 (1.322)	86.944	-
Provisão de desmantelamento	4%	1.843 (21)	1.822	-
		130.218 (1.943)	128.275	-
Em curso				
Terrenos	-	-	-	129
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	8.384
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	30.711
A Ratear	-	-	-	1.435
		-	-	40.659
Total		130.218 (1.943)	128.275	40.659

A movimentação do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	-	-	435	435	435
Adições	-	-	40.224	40.224	40.224
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-	40.659	40.659	40.659
Adições	-	-	89.559	89.559	89.559
Depreciação	-	(1.943)	(1.943)	-	(1.943)
Transferências	130.218	-	130.218	(130.218)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	130.218	(1.943)	128.275	-	128.275

8 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Fornecedores			
Energia elétrica:		219	-
Partes relacionadas (nota 16)		219	-
Encargos de uso da rede		66	-
Terceiros		66	-
Materiais e serviços	(a)	19.599	3.148
Terceiros		19.599	3.148
Total		19.884	3.148
Circulante		19.884	3.148

(a) O grupo de materiais e serviços é composto principalmente (86%), por fornecedores de itens relacionados a investimento.

9 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao Banco do Brasil contrato de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, assinado em 3 de julho de 2012, e Aditivo nº 1 ao contrato, assinado em 18 de dezembro de 2012, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Calango I nas localidades de Bodó e Santana do Matos/RN, com capacidade instalada de 30 MW e com 15 Aerogeradores G87 fornecidos pela empresa Gamesa Eólica do Brasil, cujas condições contratuais são as seguintes:

Composição da dívida	Taxa efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Circulante	Não circulante	31/12/13	31/12/12	31/12/13
Moeda nacional							
Banco do Brasil	TJLP + 1,93% a.a.	1.019	2.972	68.369	72.360	26.785	26.785
Total moeda nacional		1.019	2.972	68.369	72.360	26.785	26.785
(3) Garantias depósitos vinculados							
Total		1.019	2.972	67.256	71.247	26.785	26.785

A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 6 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de maio de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de operação e manutenção. No ano de 2013 foram liberados o montante de R\$ 42.000, totalizando até 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 68.737. Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/13		31/12/12	
	Dívida	Total líquido	Dívida	Total líquido
2015	4.459	4.459	1.116	1.116
2016	4.459	4.459	1.674	1.674
2017	4.459	4.459	1.674	1.674
2018	4.459	4.459	1.674	1.674
Após 2018	50.533	50.533	20.647	20.647
Total obrigações	68.369	68.369	26.785	26.785
(-) Garantias depósitos vinculados	-	(1.113)	-	-
Total		67.256		26.785

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	-	-	-
Ingressos	-	26.240	26.240
Encargos	-	545	545
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	26.785	26.785
Ingressos	-	42.498	42.498
Encargos	3.077	-	3.077
Transferências (-)	914	(914)	-
Mov. depósitos em garantia	-	(1.113)	(1.113)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.991	67.256	71.247

Condições restritivas financeiras (covenants)
O contrato de repasse mantido com o Banco do Brasil contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

Banco do Brasil - Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 e Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%).
Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.
Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/fiança da Neoenergia.

10 Impostos e Contribuições a Recolher

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	598	130
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	194	43
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	36	-
Programa de Integração Social - PIS	(b)	12	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b)	55	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(b)	1	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	(b)	2	75
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	(b)	24	-
Outros	(b)	-	1
Total		922	249

(a) IRPJ e CSLL apurados com base no lucro Real referentes ao ano calendário 2013;
(b) PIS e COFINS a pagar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

11 Dividendos

	2013	2012
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	42.832	41.979
Total	42.832	41.979
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	1.444	340
Absorção de prejuízo acumulado	-	(1)
Constituição da reserva legal	(72)	(17)
Base de cálculo do dividendo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.	1.372	322
Dividendos mínimos obrigatórios	343	81
A formação dos saldos é como segue em 31 de dezembro de 2013 é como segue:		
Saldo em 01 de janeiro de 2012	-	-
Dividendos obrigatórios 2012	81	81
Saldos em 31 de dezembro de 2012	81	81
Dividendos adicionais 2013	242	-
Dividendos obrigatórios 2013	343	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	666	81

12 Provisões Passivas

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Provisões	
	Desmantelamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-
Constituição	1.843	1.843
Atualização	43	43
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.886	1.886

Refere-se ao custo de desmantelamento. Os cálculos são feitos com base em perspectiva do custo total de desmontagem do parque eólico Calango 1, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o grupo do imobilizado.

13 Patrimônio Líquido

Capital social
O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 42.832 divididos por 42.832 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em julho de 2013, foi aprovado e integralizado o aumento de capital em R\$ 853 realizado através de incorporações de bens, e durante o ano de 2013 foi integralizado, o montante de R\$ 13.279, referente Assembleia Geral Extraordinária realizada em agosto de 2012. A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Única	%
Acionistas		
Força Eólica do Brasil S.A.	42.832	100,00
Total	42.832	100,00
Acionistas		
Força Eólica do Brasil S.A.	42.832	100,00
Total	42.832	100,00

Reserva Legal
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

14 Receita Líquida

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Fornecimento de energia	(a)	6.318	-
Receita de geração		6.318	-
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		215	-
Total receita bruta		6.533	-
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(605)	-
Total receita operacional líquida		5.928	-

a) Fornecimento de Energia.
A composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

	Nº de consumidores		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Suprimento	14	-	58.695	-	6.318	-
Total	14	-	58.695	-	6.318	-

(b) Deduções da receita bruta para a nota

IMPOSTOS: 31/12/13 31/12/12

PIS (108) -

COFINS (497) -

(605) -

(*) Não auditado.

15 Custos e Despesas Operacionais

Os custos dos serviços têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/13		Acumulado	
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Serviços de terceiros	(478)	(1)	(479)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(203)	-	(203)	-
Encargos de uso de rede	(241)	-	(241)	-
Depreciação e amortização	(1.942)	-	(1.942)	-
Arrendamentos e alugueis	(51)	-	(51)	-
Outros	(1)	(2)	(3)	-
Total custos/despesas	(2.916)	(3)	(2.919)	-

16 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/13		Acumulado	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.150	2.150	478	478
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	2.150	2.150	478	478
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	538	194	120	43

Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:
(-) **Exclusões**
Outras exclusões (26) - (25) -

Imposto de renda e contribuição social no período
Corrente 512 194 95 43

Recolhidos e pagos 77 117 3 17
A pagar 228 59 31 26
Compensados e deduzidos 207 18 61 -
512 194 95 43

17 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

	Ref.	Natureza de Operação	31/12/13		31/12/12	
			Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
COELBA	(a)	Energia fornecida	94	365	-	-
			94	365	-	-
CELPE		Energia fornecida	16	61	-	-
			16	61	-	-
NC ENERGIA	(b)	Energia comprada	-	219	(219)	-
			-	219	(219)	-

AFLUENTE TRANSMISSÃO Uso da Rede - (1) - -
FORÇA EÓLICA DO BRASIL Dividendos - 666 - - 81 -
Reembolso de despesa - - - 223 -
Neoenergia S.A. Contrato de Mútuo - - - - (18) -
(18)

(a) Celpe e Coelba - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, vigência até dezembro de 2033, com reajuste anual com base na variação do IPCA.
(b) NC Energia - Compra de energia para reposição de Lastro Físico da Companhia. Venda de energia elétrica.

18 Gestão de Risco Financeiro
Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações Gerais e Políticas
A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social
A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos e financiamentos

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o Banco do Brasil - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Valor Justo
O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende